



DISCUTINDO O EDUCADOR POPULAR NA ESCOLA DO CAMPO

Maria Peregrina de Fatima Rotta Furlanetti¹

Resumo

Buscamos neste artigo demonstrar as diferenças entre a educação rural e a educação do campo, salientando a importância da formação do educador popular na compreensão do cotidiano na construção do Projeto Político Pedagógico. Para tanto utilizamos a pesquisa-ação durante três anos numa escola de Assentamento de Reforma Agrária no Estado de São Paulo. A pesquisa-ação é aquela que procura estudar os fenômenos educacionais e as pessoas que a integram dentro de seu contexto social e histórico em que acontecem e vivem, recuperando o cotidiano como campo de expressão humana, com as suas representações. Esta pesquisa nos mostrou as tensões e as expectativas dos pais e professoras ao mesmo tempo em que fomos estudando e pesquisando as diferenças entre escola rural que traduz o cotidiano em conhecimento científico e a escola rural que se norteia pelo sistema capitalista do agronegócio. Neste artigo mostraremos as reflexões que fizemos sobre o educador popular na escola rural com a educação do campo.

Palavras chave: Educador Popular, Educação Rural, Educação do Campo, Escola Rural

¹ Docente vinculada ao Departamento de Educação da UNESP/FCT de Presidente Prudente – SP. E-mail: rotta@fct.unesp.br



Resumen

En este artículo se ha tratado de demostrar las diferencias entre la educación rural y la educación rural, haciendo hincapié en la importancia de la formación docente en la comprensión popular de la construcción cotidiana del Proyecto Político. Para ello utilizamos la investigación-acción durante tres años en una escuela de Liquidación de Reforma Agraria en el Estado de São Paulo. La investigación-acción es la que busca el estudio de los fenómenos educativos y las personas pertenecientes a la misma dentro de su contexto social e histórico que sucedió y vivir cada día como recuperar el campo de la expresión humana, con sus representaciones. Esta investigación mostró las tensiones y las expectativas de los padres y maestros, mientras estábamos estudiando e investigando las diferencias entre la escuela rural que traduce el conocimiento científico en la escuela todos los días y rural que es guiado por el sistema capitalista de los agronegocios. En este trabajo se muestra que las reflexiones sobre el educador popular en las escuelas rurales de campo de la educación.

Palabras clave: Educador Popular, Educación Rural, Educación Del Campo, Escuela Rural

Introdução

Conhecer um assentamento rural paulista é conhecer uma nova realidade do campo. As pessoas que moram e trabalham nestes assentamentos lutaram pelo direito de ter um pedaço de terra para trabalhar e ter uma vida digna. A nossa preocupação sempre esteve voltada para uma educação que privilegiasse a cultura, e suas experiências pessoais como potencialização, assim, a alfabetização/escolarização representa o pensamento crítico de uma política emancipadora para a educação no campo.

Percebemos que é através dos movimentos sociais que os trabalhadores vão se conscientizando que perderão a terra não porque são incapazes de plantar, mas pelas políticas



públicas discriminatórias, pois se percebem oprimidos e ao se perceberem unem-se tentando reverter o quadro. É este o quadro que encontramos no Estado de São Paulo, a busca de realização para uma existência digna de viver.

Pensando uma escola no/do campo se faz necessário analisar as transformações da realidade para que se possa planejar uma proposta educacional voltada para o campo. Temos que refletir sobre o campo, este campo de hoje, que está sendo construído por pessoas com grandes expectativas de trabalho e de vida digna, pois o campo é o espaço onde essas pessoas moram e trabalham, é o espaço e território de vida e de educação. Ao mesmo tempo em que algumas instituições re-nomeiam os assentados para que percam a identidade de camponeses que lutaram pela terra e hoje lutam por dignidade temos instituições que estudam e pesquisam para resgatar a memória e a humanidade nos assentamentos rurais.

O Educador popular é o sujeito que entende a realidade e o cotidiano dos camponeses, mesmo quando não militante de algum movimento social ou popular, pois ele se constrói a medida em que compreende os anseios e as expectativas dos camponeses. Nesta pesquisa buscamos refletir a importância do educador popular na construção de uma escola rural na perspectiva da educação do campo.

O educador popular

Acreditamos que a Educação Popular centrada na cultura popular onde os sujeitos são os articuladores de identidades populares possa nos subsidiar na construção do projeto pedagógico que tenha a intenção de valorizar as pessoas que vivem do e no campo, e assim, fortalecer as identidades culturais de um lugar que uniu pessoas de todo o Estado de São Paulo e de outros estados com o mesmo objetivo, a luta pela terra.

Com isso, podemos indicar que o educador popular pode ser formado, ser construído; precisa se reconstruir, sabendo que o seu trabalho profissional não pode ser ilusão, ou seja, os professores não podem continuar achando que as velhas fórmulas pedagógicas e as velhas



organizações escolares darão conta de libertarem os educandos (tornando-os autônomos), utilizando-se dos mesmos livros didáticos e das mesmas estruturas da escola que aí estão, pois estas não ensinam a participação, a desalienação, e sim a submissão de classe.

O Educador Popular não precisa necessariamente ser um militante do seu movimento social, entretanto precisa ter algumas características: Educador Popular pelo seu grau de relação com o universo do aluno, com universo simbólico e de compreensão do mundo de seus alunos, tem mais condições de fazer esta leitura do mundo por conta desta inserção; Educador Popular compreende o sentido da tarefa do ensino e sua importância para compreensão do mundo: tentar compreender a realidade da criança, adolescente, jovem e adulto; Educador Popular deve saber quem são seus educandos, no universo existencial, seu lócus social; Educador popular deve compreender a dinâmica específica do processo ensino aprendizagem, dos elementos que constituem a linguagem e a emocionalidade de seus educandos; Educador Popular tem que compreender o que são os movimentos sociais, suas lutas, seus anseios e necessidades.

Acreditamos nesse posicionamento, pois, a realidade da educação tem exigido sensibilidade dos educadores na construção de procedimentos didáticos e conteúdos a serem ensinados, porque compreendemos que os conteúdos não podem estar estranhos à cotidianidade dos educandos. O Educador Popular é aquele que vivencia a cotidianidade de seus educandos seja através da convivência do dia a dia ou através de estudos e participação ativa na realidade, com comprometimento político.

Realizar o planejamento das atividades é o momento de reflexão e diálogo entre todos os participantes do ato pedagógico: equipe escolar – coordenadores, diretor, educadores, funcionários pais e estudantes.

Encontrar subsídios para o planejamento é pesquisar a comunidade a qual está inserida a sala de aula ou a escola. Portanto, não é só conhecer seus futuros estudantes, mas, compreender sua forma de vida e suas atitudes diante da realidade a qual estão inseridos.

Para tanto, temos que compreender a cultura dessas pessoas e isto é um desafio. Compreendemos cultura como,

...natureza transformada e significada pelo homem, deve ser produzida de modo a “garantir a um nível cada vez mais integral a realização do ser no mundo. Portanto, pensar a cultura importa conceber a sua ética. (BRANDÃO, 2002:37)



O autor esclarece que a cultura e história não estão desvinculadas,

...como muitos autores funcionalistas de boa fé ou má consciência separam a cultura do processo da história ou então estabelecem entre as duas uma relação linear a cultura é histórica, no sentido de que a atividade humana que cria a história é aquela que faz a cultura.

(BRANDÃO,200,p.38)

Compreender as relações da cultura da cidade e do campo são reflexões que precisamos fazer com um olhar humilde, crítico e pedagógico. É imprescindível que o poder municipal e as populações locais se mobilizem para a construção de escolas ou salas de aulas para a população tanto do campo como da cidade. A escola é de extrema importância por permitir o acesso das populações ao ensino fundamental e ao ensino médio, o que é garantido pela Constituição. O que não se pode permitir é que se instalem mais escolas que contribuam para o falecimento da cultura camponesa, indígena, ribeirinha, quilombolas e ainda agravando o processo de exclusão de mulheres e homens.

Devido as grandes extensões dos assentamentos muitos dos jovens só estudam até a 4ª série do ensino fundamental, por que para dar continuidade aos estudos eles precisam se deslocar para a cidade e muitos acabam ou abandonando a escola ou mudam-se para a cidade, e assim a cidade os convidam a ficar em troca da mão de obra capitalista.

Muitos são os problemas dos pais e das crianças, por exemplo, famílias enviam seus filhos para morarem com familiares na cidade para garantir o acesso à escola e ao conhecimento científico.

Garantir o acesso à escola é criar a base para um outro padrão de desenvolvimento, mais sustentável em todos os sentidos, e podemos garantir esse acesso, com permanência e conclusão de curso compreendendo as relações da cultura realizando um plano de trabalho, isto é, um projeto pedagógico que dê conta das necessidades, das expectativas e da realidade social para cada determinada comunidade.

Nesta perspectiva a Pedagogia para as escolas do campo tem que ter como pressuposto as próprias pessoas que moram e trabalha no campo levando em conta a sua cultura, o seu modo de viver ter como ponto de partida a própria prática das pessoas, seu trabalho principalmente, seus objetivos, métodos, conteúdos ter como princípio a vida das pessoas, promovendo a autonomia



para uma atividade solidária e sustentável. Não podemos simplesmente reproduzir um modelo escolar que reproduz os erros e as desigualdades sociais.

A educação deve fazer parte da existência desta população, portanto, deve ser criada e condicionada pela forma como elas vivem. O planejamento criado para um lugar específico, com uma combinação social, política, cultural, territorial e econômica, singular, deve condicionar a pedagogia a essa singularidade. Os lugares educam mais que a escola e para que a educação formal seja um instrumento desta população para se desenvolver, a escola, deve se inserir à sua realidade.

A Pedagogia de educar para a ajuda mútua, para a ação política, para valorização dos elementos culturais que brotam de sua existência particular, formação da identidade, para relações horizontais e, deve, sobretudo, ser gerida pela comunidade, assim como a própria escola. Se o planejamento não se basear e vivenciar uma pedagogia autônoma ele se tornará desnecessário, e, isto, os educandos, pais e educadores reconhecem quando isso não acontece e acaba não tendo compromisso com a construção de seu próprio saber.

Buscando através do diálogo compreender quem são nossos estudantes para transformarmos a sala de aula em um ambiente adequado e estimulador a re-elaboração e produção de conhecimentos contrapondo os ensinamentos autoritários, tradicionais, onde o conhecimento pronto e acabado não permite diálogo.

Precisamos tomar cuidado para que a educação não se torne um ato de depositar (educação bancária), mas que o educador numa relação horizontal se torne simultaneamente, educador e educando. O Projeto Pedagógico se inicia quando nos permitimos dialogar com a comunidade para conhecê-la, o nosso plano de aula terá a proposta que os estudantes estão necessitando. Os conteúdos curriculares serão conhecimentos sócio/culturais desenvolvidos pela humanidade por necessidades históricas.

Na aula dialógica o professor valoriza e respeita a vivência de seus alunos, de seus conhecimentos concretos relacionando-os ao assunto a ser estudado partindo das hipóteses discutindo e refletindo para compreender a realidade de forma rigorosa. Quando o professor ouve o seu aluno, suas experiências de vida, poderá caminhar com eles, monitorando a fala, monitorando o discurso para que se chegue a uma compreensão crítica e científica da realidade,



ao mesmo tempo em que os alunos aprendem uma linguagem mais formal e mais científica.

Assim, propomos um Projeto Pedagógico que leve em conta :

o diálogo;

a interdisciplinaridade;

a problematização;

o tema gerador

O Diálogo, enquanto momentos de com - partilhar experiências e de re - construção do cotidiano das histórias que se entrelaçam na constituição de um grupo que tem sua cultura criada em suas histórias. Concordamos quando, *“ao fundar-se no amor, na humildade, na fé nos homens, o diálogo se faz numa relação horizontal, em que a confiança de um pólo no outro é conseqüência óbvia”*. FREIRE (2005,p.95)

A interdisciplinaridade porque compreendemos o conhecimento como construção histórica, portanto cultural, e necessidade humana de compreensão da realidade. Conhecimento necessário que faz a mediação entre o educando e o educador.

A problematização como prática social que incentiva os educadores/educandos a levantar problemas, e a não aceitar a análise da realidade com um só ponto de vista, é questionar determinados fatos, situações, fenômenos e idéias partindo de determinadas alternativas que levem à compreensão do problema em si, de suas implicações e de caminhos para a solução.

Problematizar é estar caminhando junto com a comunidade educativa a busca de resolver problemas e resolver problemas é identificar, classificar, analisar, sintetizar e buscar soluções alternativas, é o educando e educador desenvolvendo habilidades de escritor, leitor e pesquisador, re-elaborando e produzindo conhecimentos.

Para Freire (2005) o diálogo começa na busca do conteúdo programático, esta busca precisa ser no coletivo – educadores/educandos/pais/funcionários/comunidade - quando os conteúdos programáticos deixam de ser uma doação e passa a ser uma devolução organizada, *“sistemizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada”*. Acrescenta ainda que estes temas se chamam geradores porque,

qualquer que seja a natureza de sua compreensão, como a ação por eles provocada, contém sem si a possibilidade de desdobrar-se em outros tantos temas que, por sua vez, provocam novas tarefas que devem ser cumpridas. (FREIRE, 2005, p.97)



Portanto, o educador é aquele que em primeira mão sabe ouvir, resgata os saberes, organiza, sistematiza e devolve como tema Gerador de novas discussões, diálogos, estudos e sintetiza com textos elaborados e re-elaborados e em nosso caso como Projeto Político Pedagógico.

A metodologia qualitativa enfatizada na ação participativa é aquela que coloca o cotidiano como ponto de partida para planejar ações, atividades e ou tarefas que permitam transformá-lo, desta forma poderemos recuperar a história dos assentamentos e de seus sujeitos para compreender suas representações, seus sonhos e expectativas na busca de re-conhecer – porque já temos conhecimentos, temos que re-conhecer - a prática e os saberes que utilizam em seu cotidiano, pois esta prática é a tradução do conhecimento construído em suas histórias como seres sociais, de luta, perseverança e conquistas.

Analisando a educação do Séc. XX podemos observar que a escola rural emerge da necessidade ao atendimento das concepções e práticas de uma educação capitalista para uma melhor adequação às exigências dos desafios propostos, pois a explosão demográfica e a implantação das indústrias e do agronegócio fez com que o problema da escolarização assumisse dimensões elevadas, obrigando as autoridades a ampliarem suas redes escolares.

A década de 40 do Séc. XX foi importante quando destacamos que ainda existiam as idéias do “ruralismo pedagógico” como observa CALAZANS (1993), com o objetivo de reforçar os valores do homem do campo “a fim de fixá-los à terra” o que acarretaria a necessidade de adaptar programas e currículos ao meio físico e à cultura rural. Entretanto, como ressalta a autora, a educação no meio rural no final da década de 40, reflete sem dúvida a tomada de consciência educacional expressa no manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, mas a presença norteamericana no Brasil, principalmente em 50, trazendo “pacotes” prontos e acabados de métodos, técnicas e currículos garantiu uma escola rural semelhante às escolas da cidade. Mas, nem por isso os movimentos sociais e populares deixaram de investir na luta pela terra e pela educação. Entretanto, a conquista pela terra é lenta e gradual em prol dos camponeses. Nas últimas décadas temos observado os financiamentos do Banco Mundial para a educação e assim, de maneira unilateral assistimos as definições dos critérios de mercado a serem seguidos segundo os fundamentos do sistema capitalista.



O estado capitalista tem financiado a educação pública mantendo o controle através dos conteúdos, método, avaliação e certificação, e não poderíamos deixar de mencionar a formação de professores/as, sua forma de contratação e todo sistema que, no estado de São Paulo, é implantado em todos os municípios, mesmo quando a escola é municipal, estas, seguem os padrões da escola pública estadual. Quando o Estado intervém com Propostas, Parâmetros Curriculares, sabemos que fazem não por incompetência dos professores/as, mas sim, para manter o controle sobre os saberes escolares.

Entendemos que a educação e ensino em nosso estado têm enfrentado problemas para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos nas camadas populares. Várias escolas em assentamentos foram construídas em nossa região do Pontal do Paranapanema, não através de muita luta, entretanto estas escolas “rurais” são organizadas e gestadas pelo aparelho do estado, dentro do sistema educacional que rege nosso estado. Estas escolas rurais têm a política educacional do sistema liberal do capitalismo do agronegócio.

Diante deste panorama fizemos várias visitas às escolas de assentamentos de nossa região - Pontal do Paranapanema. As Escolas estaduais estão seguindo o mesmo currículo das escolas da cidade, seguindo as apostilas que estão sendo distribuídas em todas as escolas do estado. Os diretores/as e alguns professores/as são os que fazem o concurso e iniciam suas carreiras de gestor e docentes nestes assentamentos deixando, geralmente, um coordenador/a muito mais em contato com a escola, pois assim que podem pedem a “remoção para mais perto de sua residência”, portanto ano após ano, a escola fica à deriva com diretores, e professores que se instalam por um ano nas escolas para poderem se efetivar.

Para o camponês esta desvinculação se torna muito perceptível à medida que observam a saída dos jovens de seus territórios conquistados com muita luta, para a cidade em subempregos, pois a escola está totalmente desvinculada com a vida dos camponeses que vivem em seu cotidiano – tirar leite da vaca, colher, plantar, cuidar dos animais, etc. Para aqueles que participaram do movimento de luta e ocupação destes territórios acreditam:

“a escola seja um fator muito importante para permanência do jovem em seus lotes, por isso, a discussão de qualidade do ensino não está somente relacionada ao conteúdo ensinado em sala de aula, mas, a relação estabelecida entre professores e alunos e, principalmente, a preocupação que estes professores venham a apresentar na



compreensão sobre a luta, o trabalho e a vida dessas crianças e jovens assentados” (fala de um pai de educando).

Para compreendermos melhor precisamos fazer uma análise sobre o movimento de ocupação das escolas. Para Caldart (2004), a expressão ocupar a escola está sendo usada em um sentido ao mesmo tempo literal e não literal.

Esta autora destaca que é uma análise feita ao longo do trabalho do MST, pois, a escola mais do que escola, a sua ocupação é produzir a consciência da necessidade de aprender, ou saber mais do que já se sabe. Portanto, ocupar, para esta autora, significa que:

..assim como a terra de que foram arrancados, a escola é também um direito negado aos semterra, pela própria condição de trabalhadores/as do campo e a escola de modo geral, não se encontra preparada para recebê-los, e, muito menos para atender a demanda de estudo e formação que justificaram essa decisão de ocupá-la, por isso, uma necessidade de transformação da escola produzindo uma nova proposta de educação que esteja em sintonia com esses novos sujeitos. (CALDART, 2004 p.217)

A autora afirma que a relação pedagógica não é uma relação de desapropriação como se faz da terra, mas uma relação de apropriação compartilhada, é apropriar-se sem desapropriar quem nela é o dono do patrimônio que procura. As famílias procuram buscar a escola para que tenham um futuro melhor.

Molina (2009), explicita que a Educação do Campo é um movimento articulado do trabalhadores/as rurais nas últimas décadas em ações reivindicatórias que exigia seus direitos educacionais. Esse conceito é novo e encontra-se em processo de construção. Sua novidade não se refere apenas à história recente que representa, mas principalmente ao protagonismo da luta por sujeitos que não haviam antes ocupado a cena educacional: os trabalhadores rurais. Para esta autora, não se pode abrir mão do contexto no qual se desenvolvem os processos desta concepção de educação do campo, esta surge de graves conflitos que acontecem no meio rural pela discordância dos interesses econômicos e sociais na disputa pelo território. Não é apenas pensar no currículo, metodologia ou avaliação, mas, compreender, os processos de homens e mulheres do campo.

A Educação do Campo compreende os processos culturais: as estratégias de socialização; as relações de trabalho vividas pelos sujeitos do campo em lutas cotidianas para manterem a



identidade, como elementos essenciais de seu processo formativo um dos valores da Educação do Campo é a recuperação da idéia do trabalho como princípio educativo..(p.31)

Molina (2009), destaca ainda que um dos aspectos mais importantes da concepção de uma escola do campo, com uma educação do campo, é o reconhecimento e a valorização da identidade dos próprios sujeitos que são filhos e filhas de camponeses (assentados, ribeirinhas, extrativistas, quilombolas) cuja reprodução social se dá prioritariamente a partir dos trabalhadores/as no território rural, no campo. As práticas educativas voltadas para o processo de auto-organização dos educandos, demandando a produção coletiva de trabalhos úteis e relevantes para a comunidade e educandos/as e que sejam protagonista de todo o processo se responsabilizando e executando as atividades planejadas, assim:

Faz-se necessária a preparação para a participação na gestão dos processos educativos, sempre com intuito de possibilitar aos educandos/as a internalização dessas práticas e capacidade de planejá-las e organizá-las autonomamente, seja em outros processos educativos escolares ou processos educativos comunitários. (MOLINA 2009,p.78)

Se for necessária uma nova escola do campo, é necessário um/a novo/a educador/a, pois exige práticas e concepções que já existem nas discussões dentro da educação popular na obra de Paulo Freire. Educadores/as que sejam capazes de perceber a realidade vivida por seus educandos/as, seus lugares de origem que é partir da experiência, da vida cotidiana e na busca do compreender o mundo; lida com o conhecimento de senso comum numa situação de perguntas e de investigação e trás o conhecimento científico como prática social.

Este novo educador/a precisa conhecer o cotidiano do campo, suas lutas, expectativas e saber que é necessário uma escola diferente da escola da cidade, principalmente uma escola preocupada com os sujeitos - crianças, adolescentes, jovens e adultos que a compõem e preocupada, também, com a sua realidade. É desta preocupação que emerge o sonho de construir um novo modelo.

Entretanto podemos explicitar este novo modelo, pois já temos em vários estados brasileiros experiências que estão dando certo, pois as pessoas que vivem nos assentamentos são pessoas diferentes daquelas que vivem na cidade, porque participaram de uma luta, viveram em acampamentos, elas possuem uma experiência diferenciada das outras crianças e esta história de vida é muito importante que o educador/a conheça para poder ter um novo olhar e assim uma



nova reflexão e portanto, uma nova dimensão sobre os recursos didáticos e uma prática pedagógica voltada para o cotidiano, para a organização de vida destas pessoas.

A Pedagogia para a educação do campo surge nos movimentos sociais, principalmente no MST, por uma necessidade de alternativas para um território ocupado pelo direito à educação. Várias experiências já existem em todo território nacional, muitos acampamentos lutaram por esta emancipação da educação e várias secretarias de educação tornaram esta realidade legalizada, assim, crianças, jovens, e adultos puderam, mesmo acampados, dar início e/ou continuidade aos estudos.

Outra forma de trabalhar diferentes dimensões da formação humana é através de saber e conhecer outros tempos e espaços de educação e ensino, como a Pedagogia da Alternância nos oferece.

A forma pedagógica inclui a organização de diferentes tempos educativos e a participação dos educandos nos processos de gestão coletiva, de trabalho e de convivência social que visam sua formação integral, onde cada pessoa é provocada a se “ex-por” em diferentes dimensões: seus valores, seus conhecimentos, sua cultura, sua postura, suas habilidades, sua visão política, sua capacidade organizativa, suas habilidades, seu ritmo de ação e de reação. (CALDART, 2007; p. 34)

As políticas sociais para o campo são predominantemente, como já explicamos, matizadas pela lógica urbana, pela visão urbano-centrada na realidade social dos grandes centros. A relação tempo escola e tempo comunidade, como a Pedagogia da Alternância possibilita as condições de diálogo entre diferentes tempos e espaços para a construção da formação humana com visão na realidade do campo e ampliada para compreender o mundo rompendo com a lógica urbana capitalista principalmente do agronegócio.



Considerações Finais

Declaramos, após realizarmos pesquisas nos Assentamentos de Reforma Agrária no Est. De São Paulo, que falta muito para que as escolas rurais sejam tratadas com seriedade, prioridade e responsabilidade. Ainda encontramos o estereótipo de escola rurais, com professoras em início de carreira, com pouco interesse em conhecer a realidade do campo, por isso as escolas como estão sendo conduzidas se encontram silenciosas e coniventes, pois para que os camponeses possam se apropriar do conhecimento científico é necessário um comprometimento político com a vida e a história dos educandos para garantir-lhes o direito à escola de qualidade e o acesso ao conhecimento. Pois, esta escola que encontramos não envolve o conjunto da comunidade numa prática diagnóstica, processual e emancipatória. Isto é, não há espaço dialógico para uma autogestão com uma organização coletiva de trabalho construindo o seu próprio Projeto Pedagógico.

Para tanto, é necessário espaço de diálogos onde todos e todas - crianças, jovens e adultos discutam seu cotidiano buscando seus problemas, problematizando-os (TEMA GERADOR), realizando tarefas, para buscar soluções coletivamente de maneira autônoma e crítica e assim criando o seu próprio planejamento. Um planejamento com características do território, uma escola que reflète o cotidiano deste espaço, que não separe o trabalho dos estudos e dos conhecimentos científicos, que não separe a vida “vivida”, “experenciada”, da vida escolar de teorias.



Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Educação como cultura**. Mercado das Letras, Campinas/SP, 2002.

CALDART, Roseli Salette. Intencionalidade na formação de educadores do campo: Reflexões desde a experiência do curso “Pedagogia da Terra da Via Campesina”, In **Intencionalidade na Formação de Educadores do Campo**, Cadernos do ITERRA, ano VII - No.11, , ITERRA/RS, 2007.

_____, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Expressão Popular/SP, 2004

CAMINI, Isabela. **Escola Itinerante: na fronteira de uma nova escola**. Expressão Popular/ SP, 2009.

FREIRE, Paulo. Organização e notas FREIRE Ana Maria Araújo. **Pedagogia da Tolerância**. Editora UNESP/SP, 2004.

_____, e FAUNDEZ. **A Por Uma Pedagogia Da Pergunta**, 5ª.ed. Paz e Terra/SP. 2005.

FURLANETTI, Maria Peregrina de Fátima Rotta. **A Pesquisa Qualitativa: Transformando o Estagiário em Educador Popular no Campo**. V Jornada de Investigacion em Educacion, 2007, Córdoba. Educacion y Perspectivas: contribuciones Teóricas y Metodológicas en Debate. 2007. v. 1. p. 59-60.

MOLINA, Mônica Castagna. KOLLING, Edgar Jorge. NERY,Irmã (orgs.)**Por uma Educação Básica do Campo**, UnB/Brasília, 1999.